



Ofício nº 011 / 2024-GP/SEGOV

Recife, 09 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor

VEREADOR ROMERINHO JATOBÁ

Presidente da Câmara Municipal de Recife

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 9/2024

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos, para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que altera a denominação do sistema viário formado pela Praça da República, no trecho compreendido entre a Rua do Sol e a Avenida Martins de Barros, para "Alameda do Palácio da Justiça".

Nesse sentido, esclarecemos que a presente proposta tem como finalidade prestar uma justa homenagem à virtuosa história do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que tem como sua sede o Palácio da Justiça, prédio histórico tombado pela Fundarpe e pelo IPHAN, em estilo neoclássico, que marca a paisagem do Recife por sua importância arquitetônica.

Projetada pelo arquiteto Giacomo Palumbo, com a colaboração de Evaristo de Sá, a atual sede da justiça estadual teve a pedra fundamental lançada solenemente no dia 02 de julho de 1924, em meio às comemorações pelo centenário da Confederação do Equador, pelo governador do Estado e juiz federal, Sérgio Loreto, e a administração do Des. Abdias de Oliveira, presidente do então Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O local escolhido para abrigar o Palácio da Justiça, no centro do Recife, está intimamente ligado à história do Estado. A área onde foi construído pertenceu ao Palácio Vriburgh ou Friburgh, que significa "Alcançar a Liberdade", ou seja, era o Palácio dos Despachos de Maurício de Nassau, Palácio das Torres, na ilha de Antônio Vaz, nas imediações do Forte Ernesto. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, foi desativado o Forte Ernesto e restabelecido o Convento de Santo Antônio.

Em 1770, a mando do Governador Manoel da Cunha Menezes, foi demolido o Palácio das Torres, e construído em seu lugar o prédio do Erário Régio, aproveitando parte do material da demolição. Em 1840, com a demolição do prédio do Erário, o Presidente da Província, Francisco do Rêgo Barros, um dos grandes construtores do Recife, mandou edificar o Palácio do Governo, como também o Teatro Santa Isabel, este iniciado em 1º de abril de 1841 e inaugurado em 18 de maio de 1850.

W





Para completar o quadro paisagístico, emoldurando a Praça da República, construiu-se o Palácio da Justiça, que, em 2024, contará com a celebração dos 100 anos do lançamento de sua pedra fundamental, fazendo jus à homenagem ora proposta.

Em face ao exposto e confiante na aprovação deste Projeto de Lei, renovo a Vossa Excelência e demais vereadores os votos de consideração e elevado apreço.

Atenciosamente,

DESEMBARGADOR RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Prefeito do Recife, em exercício





PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____, DE 2024.

Altera a denominação do sistema viário formado pela Praça da República, no trecho compreendido entre a Rua do Sol e a Avenida Martins de Barros, para "Alameda do Palácio da Justiça".

Art. 1º Fica alterada a denominação do sistema viário formado pela Praça da República, no bairro de Santo Antônio, no trecho compreendido entre a Rua do Sol e a Avenida Martins de Barros, para "Alameda do Palácio da Justiça", no Município do Recife.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação oficial.

Recife, 09 de abril de 2024.

DESEMBARGADOR RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Prefeito do Recife, em exercício

